



ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

Anselmo Peres **ALÓS***

Nascido de um pedido de alunos (e editores) recebido por Eni Orlandi, a proposta inicial deste livro era a de funcionar como uma obra introdutória. Com o passar dos anos, entretanto, o livro, agora em sua oitava edição, tornou-se uma referência para os estudos do discurso. Entretanto, como a autora deixa claro no prefácio (p. 9), ela optou por explorar pontos variados na constituição do campo epistemológico da Análise de Discurso (AD). Para dar conta desses pontos, Orlandi divide seu livro em quatro capítulos, nos quais expõe conceitos e noções do dispositivo teórico da AD.

No primeiro capítulo, intitulado “O discurso”, a autora faz um rápido histórico do nascimento da AD. Mostrando as preocupações da linguística (que se preocupa em estudar a língua como uma estrutura abstrata) e da gramática (que, por sua vez, pensa a língua como um sistema fechado de regras formais), Orlandi vai desde as primeiras páginas de seu trabalho apontar o diferencial presente no dispositivo teórico da AD: o trabalho com a categoria *discurso*, que ela define como “palavra em movimento, prática de linguagem” (p. 15). Em outras palavras, a AD não vai se ocupar do sentido do texto, ou do sentido do discurso, mas sim dos modos e das dinâmicas do texto e do discurso por ocasião da *produção* de sentidos ao longo do fio da história.

Para isso, a autora não pensa a língua como um sistema abstrato e formal, nem o sujeito como a fonte dos sentidos. Os sentidos não são produzidos pelo sujeito, mas sim em outro lugar, anterior e externo a ele.

* Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é Professor Adjunto I na Universidade Federal de Santa Maria. Contato: anselmoperosalos@yahoo.com.br.

Ou ainda, como afirma a autora, a AD trabalha “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (p. 16). A partir dessa afirmação, a discussão é direcionada para as bases fundadoras da AD, necessárias para a compreensão das maneiras pelas quais a ideologia se faz presente na superfície discursiva: a linguística, o marxismo e a psicanálise.

Do questionamento do campo linguístico vem o pressuposto de que “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo” (p. 19). Em outras palavras, a AD rompe com qualquer resquício possível de um essencialismo platônico ou neoplatônico, pois parte do pressuposto de que os sentidos não pairam em um mundo ideal ou transcendental. Pelo contrário, ela afirma que os sentidos só são possíveis a partir de sua materialização na linguagem.

Entretanto, o real da língua não é da mesma ordem do real da história. E a noção fundamental em AD (a de discurso) emerge a partir do momento em que a língua e a história se trespassam, produzindo “a forma material (não abstrata como a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos” (p. 19). E a psicanálise, por sua vez, vai deslocar/descentrar a noção de sujeito, *locus* desse trespassamento. Assim, a AD parte das seguintes premissas: a) “a língua tem sua própria ordem”; b) “a história tem seu real afetado pelo simbólico” e c) “o sujeito da linguagem é descentrado pois [...] funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (p. 19-20). Tais premissas acabam por solapar as premissas da teoria da comunicação, baseadas no esquema de cinco elementos (*emissor, receptor, mensagem, referente e código*), pois denunciam a não evidência dos sentidos, a opacidade da linguagem e o papel do inconsciente e da ideologia na produção de efeitos de sentidos, mostrando que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (p. 21).

No segundo capítulo, “Sujeito, história e linguagem”, Orlandi vai aprofundar e problematizar noções basilares da AD. Primeiramente, descreve o objetivo da AD: “[a AD] visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (p. 26). Mostrando que cada análise em AD é singular, por mobilizar diferentes conceitos/categorias de análise, o que tem profundos efeitos no resultado final do trabalho do analista, Eni Orlandi vai diferenciar as noções de *dispositivo teórico* e *dispositivo analítico*. Enquanto aquele diz respeito aos pressupostos basilares para todo e qualquer trabalho de AD, este funciona

como um dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista para um trabalho específico, com um objeto/recorte já delimitado (p. 27). Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que o dispositivo analítico é o dispositivo teórico *modulado* de acordo com os fins específicos necessários para uma dada análise.

Outra noção que Orlandi vai explorar nesse capítulo é a de *condições de produção*. Pensadas em um sentido estrito, dão conta do contexto imediato da enunciação; pensadas em sentido amplo, incluem o contexto sócio-histórico e ideológico. As condições de produção, em um sentido amplo, dão conta não apenas do contexto sócio-histórico, mas também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória. É a essa *memória do dizer* que Orlandi vai chamar de *interdiscurso*, o exterior constitutivo do discurso. Esse exterior constitutivo, responsável pelos sentidos que provêm de outro lugar, mostra a necessidade dos movimentos parafrásticos e polissêmicos para a constituição dos sentidos. Não sendo possível inaugurar um sentido completamente novo, pois tal sentido seria incompreensível, o novo surge a partir de deslocamentos do já-dito, isto é, da *memória do dizer*.

À noção de interdiscurso, Orlandi opõe a de *intradiscurso*. A autora relaciona o interdiscurso com o eixo da *constituição*, “um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos que representam o dizível (p. 32). E, com o eixo horizontal – o *intradiscurso* –, ela associa a idéia de *formulação*, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (p. 33). Assim, toda a enunciação encontra-se no cruzar de dois eixos: o da memória (*constituição*) e o da atualização do já-dito (*formulação*).

Poder-se-ia aqui afirmar que a paráfrase (a repetição do mesmo) é condição anterior e necessária, ainda que de modo parcial, para que a polissemia (a ruptura, a inauguração de um sentido outro) possa ser efetivada. E aqui é pertinente retomar a pergunta-título de uma das obras de Michel Pêcheux: *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Ora, pensando a estrutura como o repetível e o acontecimento como o deslocamento que inaugura o novo, é possível afirmar seguramente que o discurso é simultaneamente estrutura e acontecimento. E já que se está a revisitar Pêcheux, vale ressaltar o destaque que Orlandi dá para o esquecimento, retomando as duas formas de esquecimento no discurso propostas por Michel Pêcheux. Tais esquecimentos são importantes por possuírem um papel fundamental na cristalização dos sentidos, responsáveis por criar o efeito de um sujeito pleno com o controle

do que diz e o efeito de língua como sistema transparente, produtor de sentidos evidentes. O primeiro esquecimento é o esquecimento ideológico: o sujeito pensa ser a fonte do sentido quando, na verdade, ele apenas retoma sentidos já-ditos, a partir do trabalho que o inconsciente e a ideologia realizam sobre ele. O segundo esquecimento é o de que aquilo que o sujeito diz significa exatamente aquilo que ele quis dizer, e não poderia ser dito de outro modo. Pêcheux vai desmascarar esse esquecimento, mostrando que não há uma relação termo-a-termo entre linguagem e pensamento: há sempre outras formas de dizer o mesmo (constituintes do que Orlandi vai chamar de *famílias parafrásticas*), que vão denunciar aquilo que é apagado – ainda que inconscientemente – e que permite recuperar a presença de uma ausência necessária à significação (que não é outra ausência senão a do interdiscurso, entendido aqui como o exterior constitutivo da discursividade).

Outro ponto explorado ao longo do capítulo é o das *formações imaginárias*. Este é um momento importante do trabalho de Orlandi, pois é onde ela fará uma importante definição de categorias: *lugar* e *posição* dos sujeitos. Enquanto a primeira vai dar conta dos lugares ocupados pelos *sujeitos empíricos* dentro de uma sociedade de relações hierarquizadas, a segunda abarcará as *projeções* feitas pelos mesmos em momentos como, por exemplo, o da antecipação do efeito de sentido causado pelo discurso em um determinado interlocutor. É assim que o sentido emerge na AD como *efeito de sentido entre interlocutores*, dado que as condições de produção de um discurso implicam aspectos materiais (a língua e a história), institucionais (a formação social), e aspectos imaginários (as projeções de sentido realizadas pelo sujeito).

Importância singular é dada pela autora ao conceito de *formação discursiva* (FD). De acordo com Orlandi, uma formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). O que implica em dizer que os sentidos sempre são definidos ideologicamente, pois pode ser afirmado que a ideologia recorta o interdiscurso, definindo regiões de memória. Ou seja: os sentidos não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos nas e pelas formações discursivas.

A noção de ideologia, de acordo com a autora, é deslocada, posta a partir de uma definição discursiva. O trabalho da ideologia na ordem do discurso é o de “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (p. 46). Ao mesmo

tempo que produz evidências, a ideologia, enquanto estrutura-funcionamento, “dissimula sua existência a partir de seu próprio funcionamento” (p. 46), criando assim a ilusão da transparência dos sentidos a partir do apagamento da determinação da formação discursiva (enquanto instância ideológica de produção de sentidos) e mesmo do interdiscurso (enquanto instância de memória do já-dito). Logo, “a ideologia não é ocultação, mas função necessária entre língua e mundo” (p. 47).

No capítulo III – intitulado “Dispositivos de análise” – Orlandi vai explorar a questão da construção do dispositivo de análise (ou a “singularização” do dispositivo teórico feito pelo analista com vistas a dar conta de seu objeto de estudo). A partir da questão das transferências (ou “deslizamentos”) presentes nos processos de identificação do sujeito, a autora mostra que o dispositivo analítico elaborado deve evidenciar o *como se fala a mesma língua*, mas, ainda assim, são falados *diferente(s) sentido(s)* (p. 60). Ora, se a interpretação faz parte do próprio objeto de estudo do analista, é importante ressaltar que ele mesmo está envolvido no processo de interpretação; assim, o que o analista pleiteia não é um lugar neutro, do qual se possa averiguar a *verdade* dos processos de produção de sentido, mas sim um *deslocamento* que lhe permita trabalhar no entremeio localizado ente a *interpretação* e a *descrição*. O analista “coloca-se em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (p. 60).

Outra questão que preocupa a autora são as bases da análise, *c'est à dire* a delimitação do *corpus*. Dado que a AD se preocupa com os fatos da linguagem, com a materialidade e com a espessura semântica dos processos de produção de sentidos, o *corpus* não vai dar conta de dados: “considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise” (p. 63). O que se busca é o mapeamento das regularidades do processo de produção discursiva, e não a exaustão temática de um discurso, o que terminaria por cair no conteudismo que a AD refuta desde sua aparição como campo epistêmico de produção de conhecimento nas searas da filosofia da linguagem.

Por fim, na “Conclusão”, a autora finaliza o livro mostrando que a relação do sujeito com a linguagem nunca é inocente. Pelo contrário, falar é tomar partido, é *identificar-se com*. A articulação do simbólico com o político, mais do que inevitável, está na base da constituição das subjetividades e da

existência humana. Materializando-se na linguagem, a ideologia é mostrada como o princípio norteador das matrizes de sentidos presentes nas formações discursivas, princípio astuto que oculta sua estrutura em seu próprio funcionamento: o de produzir a evidência e a transparência dos dizeres.

Referências

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.